

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 23/2011

Período: 06/08/2011 – 12/08/2011

GEDES – Brasil

- 1- Ministério da Defesa I: Periódicos discorrem sobre a demissão de Nelson Jobim
- 2- Ministério da Defesa II: A posse do novo ministro
- 3- Ministério da Defesa III: Nomeação de Celso Amorim enfrenta resistência entre militares
- 4- Ministério da Defesa IV: Os ganhos e desafios do Ministério da Defesa
- 5- Grupo ligado às Forças Armadas reivindica mudanças em novo protesto
- 6- Dilma Rousseff nomeia membro das Forças Armadas para diretoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)
- 7- Comando da Aeronáutica abre sindicância para investigar a morte de jovem em quartel no Recife
- 8- Ministro da Defesa se posiciona a favor da retirada das tropas brasileiras no Haiti
- 9- Presidente da Funai articula ação conjunta com Ministério da Defesa
- 10- Comandantes do Exército são acusados de gerenciar indevidamente obras ligadas à corporação
- 11- Justiça Militar decreta a apreensão judicial dos bens do coronel Morales
- 12- Dilma Rousseff pode ser ouvida em ação contra ex-agentes do regime militar
- 13- Presidente da OAB pede que Congresso Nacional aprove a Comissão da Verdade

1- Ministério da Defesa I: Periódicos discorrem sobre a demissão de Nelson Jobim

De acordo com editorial do periódico *Correio Braziliense*, a demissão de Nelson Jobim do Ministério da Defesa teria sido motivada por algumas de suas declarações públicas. O jornal apontou cinco pronunciamentos considerados “ambíguos e inconvenientes”. O primeiro, em 30/06/11, na homenagem aos 80 anos de Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República (1995-2002), quando Jobim declarou que “hoje os idiotas perderam a modéstia”; a frase foi interpretada como crítica ao governo, todavia Jobim afirmou que aludia a jornalistas. O segundo foi em entrevista na qual revelou que seu voto na eleição presidencial de 2010, fora para o adversário político de Rousseff, José Serra. O terceiro, quarto e quinto pronunciamentos listados são provenientes de artigo na revista Piauí, no qual Jobim desmereceu Ideli Salvatti, ministra de Relações Institucionais, e Gleisi Hoffmann, chefe da Casa Civil, asseverando que ambas não estariam bem preparadas para seus respectivos cargos. Por fim, houve a resposta deselegante à Rousseff quando discutiam sobre a contratação de José Genoíno como assessor do ministério da Defesa: “quem sabe se ele vai ser útil ou não sou eu”. Apesar de tais declarações, o periódico destacou que Jobim teve papel essencial no ministério, com contribuições como a criação da Estratégia Nacional de Defesa (END), a luta pelo reaparelhamento das Forças Armadas e a boa relação com os militares. O periódico *O Estado de S. Paulo* assinalou que Jobim permaneceu no ministério a pedido de Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente da República, mas que sua relação com Rousseff não era tão próxima quanto à com o presidente anterior. Além disso, a diminuição do seu prestígio, bem como os cortes no orçamento militar e as divergências entre Jobim e Rousseff em determinados assuntos culminaram em ressentimentos por parte do ex-ministro que

resultaram em atitudes deselegantes e conseqüente demissão. Questionado pela *Folha de S. Paulo*, Nelson Jobim não quis comentar o ocorrido e asseverou que o assunto de sua demissão é passado. O mesmo fez Rousseff, em entrevista realizada por radialistas da cidade de Petrolina, no estado de Pernambuco, e de Juazeiro, no estado da Bahia. A presidente declarou ainda que reconhece as realizações de Jobim na pasta ministerial, e afirmou que Celso Amorim, novo ministro, dará continuidade ao trabalho de Jobim. (Correio Braziliense - Opinião - 06/08/11; Folha de S. Paulo - Poder - 06/08/11; O Estado de S. Paulo - Notas e Informações - 06/08/11)

2- Ministério da Defesa II: a posse do novo ministro

De acordo com veiculado pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a posse do ex-chanceler Celso Amorim como ministro da Defesa, ocorrida no dia 08/08/11, foi uma cerimônia breve, com pronunciamentos da presidente da República, Dilma Rousseff, e do novo ministro. A ausência de Nelson Jobim na solenidade foi tratada com cautela pela presidente, que não o mencionou em seu discurso. A justificativa apresentada pela assessoria de Jobim foi a de que ele estava com suspeitas de dengue em decorrência de viagem à Amazônia realizada na semana anterior. De acordo com os periódicos, Rousseff teceu elogios à atuação de Amorim como chanceler, ressaltando que a experiência adquirida será fundamental na condução das negociações bilaterais e na comercialização de equipamentos bélicos. Ao frisar que entre os princípios do Ministério da Defesa está o respeito à Constituição e sua submissão aos interesses nacionais, a presidente rebateu possíveis descontentamentos com a escolha de Amorim para o cargo. Em sua primeira declaração como ministro da Defesa, Celso Amorim reafirmou a importância em dar continuidade aos projetos atuais, como as negociações em torno da compra dos aviões de caça para o reaparelhamento das Forças Armadas. Além disso, o ministro julgou serem legítimas as reivindicações sobre aumento salarial exigidas pelos militares. Segundo o *Estado*, Amorim enfatizou ainda a necessidade de proteger os recursos naturais do país e a importância em reforçar a cooperação na área de defesa com países africanos. Para ele, a projeção brasileira no cenário internacional é incompatível com sua atual estrutura de defesa, a qual se encontra defasada em relação à primeira. O *Correio Braziliense* destacou que, ignorando o protocolo, Amorim teria iniciado seus trabalhos antes da solenidade de posse, se apresentando aos comandantes das Forças Armadas no dia 06/08/11, no Palácio do Planalto. Em reunião no dia 06/08/11 entre Rousseff e os comandantes das Forças Armadas, ficara estabelecido que os mesmos permanecerão nos respectivos cargos: Juniti Saito (Aeronáutica), Enzo Peri (Exército) e Júlio Moura Neto (Marinha), além de José Carlos de Nardi (chefe do Estado-Maior Conjunto). Dilma Rousseff pediu continuidade ao trabalho que já vinha sendo realizado por Jobim, e pediu atenção especial ao Plano Estratégico de Fronteiras, projeto que levará infra-estrutura aos municípios fronteiriços. Celso Amorim poderá contar com o suporte do assessor-especial do Ministério da Defesa, José Genoíno, para que os atuais projetos não sejam prejudicados nem sofram atraso. Ainda segundo o periódico, para assegurar a confiança dos militares, o ministro deverá mostrar sua capacidade de influência sobre as diretrizes governamentais. (Correio Braziliense – Política – 07/08/11; Correio Braziliense – Política – 09/08/11; Folha de S. Paulo – Poder – 09/08/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/08/11)

3- Ministério da Defesa III: Nomeação de Amorim enfrenta resistência entre militares

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 05/08/11, Dilma Rousseff reuniu-se com Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente da República, para discutir a nomeação do ex-chanceler Celso Amorim como ministro da Defesa. Após a reunião, Lula aconselhou Amorim a dialogar com a cúpula das Forças Armadas. Durante encontro da presidente com os comandantes da Aeronáutica, Marinha e Exército, no dia 06/08/11, Rousseff teria solicitado aos comandantes que permanecessem em seus cargos e procurassem não comentar a nomeação de Amorim. A presidente teria asseverado que não é necessário temer mudanças, referindo-se à questão da não-revisão da Lei de Anistia, a qual prevê que processos e punição contra agentes de Estado que atuaram no regime militar (1964-1985) sejam barrados. Segundo a *Folha*, o general Augusto Heleno, porta-voz informal do Exército, declarou que a indicação não ocasionará conflitos, uma vez que a alteração de comando é usual aos militares. O general também lembrou que as Forças Armadas são instituições apolíticas e partidárias, nas quais viés ideológico não é bem quisto. Conforme noticiado pelo *Estado de S. Paulo*, segundo opiniões anônimas de militares, a nomeação de Amorim teria desagradado ao Exército, uma vez que a instituição defende que a cultura profissional necessária à diplomacia é diferente da requerida pela militar, e também devido à opinião de que Amorim, como chanceler, teria conferido à diplomacia brasileira um viés ideológico bolivariano, que em muitas situações, como no apoio ao Irã, Cuba e Venezuela, foram de encontro aos valores das Forças Armadas. Diante dessa resistência, Lula se manifestou, afirmando que quem tem autoridade para nomear ministros é a presidente, que é chefe suprema das Forças Armadas, e concluiu declarando que "eu não sei se cabe aos militares gostarem ou não gostarem". Segundo a *Folha de S. Paulo*, a Marinha e a Força Aérea não seriam desfavoráveis à Amorim que, após viajar 597 vezes como chanceler, declarou que "o principal instrumento de política externa são os aviões da FAB". Entretanto, a maior dúvida quanto a aprovação do novo ministro provém do Exército, que o julgaria "esquerdista" devido aos alinhamentos políticos supracitados. Em coluna opinativa dirigida à *Folha*, Eliane Cantanhêde, afirmou que, apesar do sentimento de insatisfação inicial, os representantes das três Forças aparentaram certo conformismo com a indicação de Rousseff, afinal a tendência, segundo a colunista, seria a de que o ministro mantenha as diretrizes da gestão anterior. Conforme apresentado pelo periódico, para o assessor especial da presidência para Assuntos Estratégicos, Marco Aurélio Garcia, a escolha de Amorim minimizou divergências entre os militares. (Correio Braziliense - Política - 06/08/11; Correio Braziliense - Política - 07/08/11; Correio Braziliense – Política – 08/08/11; Folha de S. Paulo - Poder- 06/08/2011; Folha de S. Paulo – Poder – 07/08/11; Folha de S. Paulo – Opinião – 09/08/11; O Estado de S. Paulo - Nacional- 06/08/11; O Estado de S. Paulo - Notas e Informações - 06/08/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 08/08/11)

4- Ministério da Defesa IV: Os ganhos e desafios do Ministério da Defesa

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, em coluna opinativa, Antônio Ruy de Almeida Silva, relatou os ganhos do Ministério da Defesa nos últimos 8 anos. De acordo com Almeida Silva o ex-ministro da Defesa Nelson Jobim deixou legado positivo em sua passagem pela pasta, como por exemplo a Estratégia Nacional de Defesa (END), que estabeleceu ações de médio e longo prazo para modernização das estruturas

de defesa, assim como ao fortalecimento da indústria nacional correspondente, associando a defesa ao desenvolvimento dos setores cibernético, espacial e nuclear. Na área das relações internacionais Jobim foi responsável pela diplomacia de defesa, o que favoreceu assinatura de acordos de cooperação internacional, entre os quais a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. Almeida opinou que agora o Ministério volta a ser gerido por um diplomata, que tem a seu favor o conhecimento do ambiente internacional e o apoio da presidente Dilma Rousseff e afirmou que Amorim foi o responsável por dar maior alcance ao Brasil no cenário político internacional, independentemente das críticas a seu respeito. O colunista afirmou também que Amorim dificilmente terá problemas para dialogar com outros Estados e que, com sua experiência, espera-se o estabelecimento da sintonia entre as políticas externa e de defesa. Almeida ressaltou que, apesar disso, o novo ministro pode ter dificuldade em lidar com a falta de prioridade que a Defesa tem tido por parte do Executivo e do Legislativo nos últimos anos e que será necessário expandir e aprofundar o processo de modernização iniciado por seu antecessor para que o tema alcance visibilidade nacional. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, apesar de terem existido divergências entre o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores, quando este último estava sob a coordenação de Celso Amorim, os desacordos já foram superados. Todavia, eles poderiam evidenciar a diferença entre o alinhamento adotado pela Defesa, apresentando uma postura mais rígida, e o adotado pela diplomacia, cuja postura apresenta-se mais flexível. Segundo o *Correio Braziliense*, na visão do capitão reformado da Marinha e professor de estratégia e planejamento da Escola Superior de Guerra (ESG), Adalberto de Souza Filho, o diálogo existente entre a Política Externa e a Defesa é exatamente o que favorece a atuação de Amorim. Conforme noticiou *O Estado de S. Paulo*, o ministro afirmou em palestra na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) que será mais cauteloso com as palavras, para que não seja mal interpretado, e declarou que respeitará os projetos e estratégias concernentes às matérias de Defesa e Segurança já existentes, como é o caso da Estratégia Nacional de Defesa. Amorim ainda terá de enfrentar algumas pendências, como o reaparelhamento e requalificação das Forças Armadas, o aumento da receita destinada ao Ministério da Defesa e a condução no âmbito militar do debate sobre a Comissão da Verdade. No que tange à primeira questão, o tema mais delicado seria o processo F-X2, referente à compra dos caças de alta tecnologia. No que concerne à Comissão da Verdade, a qual investigará os crimes cometidos durante o regime militar (1964-1985), os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo* noticiaram que Amorim irá lutar pela aprovação no Congresso do documento original, sem novas alterações. Militares ainda apontaram que Amorim enfrentará além da luta para aprovação do projeto, obstáculos como a nomeação dos membros da Comissão, a provisão de dados sobre o período, e o esclarecimento à Comissão de Direitos Humanos da Câmara sobre as afirmações de Nelson Jobim que afirmara que há mais documentos concernentes ao regime militar. As Forças Armadas temeriam, ainda, que Amorim retomasse relações bilaterais com Irã no âmbito nuclear, uma vez que o programa brasileiro, diferentemente do iraniano, é eficiente, bem sucedido e com baixo custo, além de que a posição considerada esquerdista poderia dificultar as relações com os Estados Unidos. Apesar dos desafios a serem enfrentados, de acordo com o *Estado*, Antonio Patriota, ministro das Relações Exteriores, afirmou que Amorim fortalecerá o perfil internacional que o Brasil vem consolidando. (*Correio Braziliense* - Opinião - 06/08/11; *Correio Braziliense* – Política – 08/08/11; *Correio*

Braziliense – Opinião – 12/08/11; Folha de S. Paulo - Poder- 06/08/2011; Folha de S. Paulo – Poder – 08/08/11; O Estado de S. Paulo- Nacional- 06/08/11)

5- Grupo ligado às Forças Armadas reivindica mudanças em novo protesto em Bras
Conforme noticiado pelos jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 07/08/11, integrantes da reserva e familiares de pessoas ligadas às Forças Armadas protestaram, durante a solenidade da troca de Bandeira Nacional, na Praça dos Três Poderes em Brasília (DF). O grupo exigia melhorias estruturais, ao questionarem a falta de investimentos e o sucateamento das Forças, e aumento dos salários, que sofreram reajustes, principalmente após o corte orçamentário da Defesa realizado pela Presidente da República, Dilma Rousseff, no início de 2011. Segundo o *Estado*, essa atitude da presidente já havia sido motivo de insatisfação entre os próprios militares. (*Correio Braziliense – Política – 08/08/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 08/08/11*)

6- Dilma Rousseff nomeia membro das Forças Armadas para diretoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)
De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, Dilma Rousseff, presidente da República, nomeou para a diretoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) um oficial-general do Exército e um auditor da Controladoria-Geral da União (CGU), que também já atuou como militar. Outros diretores indicados para o Dnit, também não trabalharam diretamente no departamento, fato que contribuiu para que as indicações não fossem bem recebidas. Na diretoria geral se encontrará o general Jorge Ernesto Pinto Fraxe, que foi outrora diretor de Obras de Cooperação do Exército. A determinação de Rousseff foi interpretada como uma maneira de conter a corrupção e recuperar o perfil da autarquia. (*O Estado de S. Paulo - Nacional -06/08/11*)

7- Comando da Aeronáutica abre sindicância para investigar a morte de jovem em quartel no Recife
Conforme noticiado pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a jovem Monique Valéria de Miranda Costa foi baleada acidentalmente durante uma festa promovida, no dia 07/08/11, por três soldados da Força Aérea Brasileira nas dependências do parque de materiais da instituição, localizado em Ibura, zona sul da cidade de Recife (PE). No local, também se encontravam duas amigas da vítima, que já prestaram depoimentos à Polícia Federal. Uma delas confessou que, durante uma brincadeira, acabou disparando a arma de um dos soldados, atingindo a amiga. Após tentarem prestar socorro à vítima, os soldados foram presos em flagrante por consumo de bebidas alcoólicas em local de serviço e por abandono do posto. De acordo com o tenente-coronel Antônio Silva Filho, além do homicídio, será investigado o acesso das moças ao local. Realizada a perícia técnica, a Justiça Militar dará continuidade ao processo. (*Folha de S. Paulo – Cotidiano – 09/08/11; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 09/08/11*)

8- Ministro da Defesa se posiciona a favor da retirada da Força de Paz brasileira no Haiti

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a retirada das tropas brasileiras do Haiti deverá ser uma das primeiras medidas a ser adotada pelo novo ministro da Defesa, Celso Amorim. Os custos para a manutenção das tropas, que ocupam o país desde junho de 2004, já somam mais de um bilhão de reais e incluem despesas com infra-estrutura, deslocamento, capacitação, entre outros. Caberia à Organização das Nações Unidas (ONU) o ressarcimento de parte desse valor. Porém, conforme veiculado pelo *Correio*, no relatório do Ministério da Defesa enviado à Câmara dos Deputados, o percentual compensatório enviado pela ONU ao longo desses seis anos, foi apenas cerca de 16,5% do montante total, valor considerado baixo pelas autoridades militares. Todavia, a discussão a respeito da retirada das tropas brasileiras não se pauta apenas nas questões orçamentárias, devendo levar em conta as questões políticas que envolvem a continuidade da missão tanto para o Haiti, quanto para o Brasil. De acordo com o professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), Pio Penna Filho, a saída das tropas não deve ser realizada de forma abrupta, mas mediante processo de transição. Segundo o periódico, entre os especialistas não há consenso sobre o assunto. Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Elio Gaspari afirmou que Amorim, ao se posicionar a favor da retirada das tropas brasileiras do Haiti, teria considerado o assunto por viés diplomático, referente ao Ministério das Relações Exteriores, e não do da Defesa. Para o jornalista, seria melhor que o atual ministro da Defesa, ao afirmar ser favorável à saída das tropas brasileiras do Haiti, dissesse concordar com Antônio Patriota, ministro das Relações Exteriores, ou seguir as orientações da presidente da República Dilma Rousseff. (*Correio Braziliense – Política – 09/08/11; Folha de S. Paulo – Poder – 10/08/11*)

9- Presidente da Funai articula ação conjunta com Ministério da Defesa

Segundo noticiado pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Macrio Meira, buscou apoio junto ao Ministério da Defesa para proteger a população indígena agrupada na região fronteira entre Brasil e Peru. Situados em reserva isolada, tais indígenas são frequentemente atacados por criminosos ligados às atividades ilegais na região. Segundo o jornal *Correio Braziliense*, publicado em 12/08/11, a Força Nacional de Segurança e o Exército reforçarão a segurança do escritório da Funai, localizado na referida fronteira, o qual foi saqueado por traficantes peruanos no fim do mês de julho. A Força Nacional deverá permanecer na região até a chegada do Exército, prevista para o final de agosto. (*Correio Braziliense – Política – 12/08/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/08/11*)

10 - Comandantes do Exército são acusados de gerenciar indevidamente obras ligadas à corporação

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, após fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), foram constatadas irregularidades em convênios firmados entre o Exército e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), o período de 2003 a 2010. O comandante do Exército, general Enzo Peri, que esteve à frente do Departamento de Engenharia e Construção (DEC) da instituição, está sendo acusado de beneficiar empresas ligadas a militares, por adotar mecanismos de subcontratação e dispensas de licitação. Da mesma forma, o coronel Paulo Roberto Dias Morales, que coordenou o convênio do Instituto Militar

de Engenharia (IME) com o Dnit nos anos de 2004 e 2005, foi indiciado pelo TCU por fraude na elaboração dos contratos e por favorecimentos pessoais na contratação dos serviços. De acordo com a *Folha*, outros 24 oficiais estão sendo investigados pela Procuradoria-Geral da Justiça Militar. Os militares não se pronunciaram sobre o assunto. (Folha de S. Paulo – Poder – 09/08/11)

11- Justiça Militar decreta a apreensão judicial dos bens do coronel Morales.

Segundo informações do jornal *Folha de S. Paulo*, a Justiça Militar decretou o sequestro dos bens do coronel Paulo Dias Morales, ex-coordenador do convênio de unidades militares com o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) entre 2003 e 2009. O coronel teria apresentado rendimentos incompatíveis com seus recebimentos e beneficiado dez empresas em contratos sem licitação. Além disso, o militar também é acusado de adquirir apartamento avaliado em R\$ 1 milhão. A defesa do coronel afirma que a denúncia não procede. (Folha de S. Paulo – Poder – 10/08/11)

12- Dilma Rousseff pode ser ouvida em ação contra ex-agentes do regime militar.

Segundo informações do periódico *Folha de S. Paulo*, o Ministério Público Federal analisa possível depoimento da presidente Dilma Rousseff em ação contra quatro ex-agentes do regime militar (1964-1985) acusados de torturar presos políticos na Operação Bandeirantes (Oban). A presidente poderá ser ouvida como testemunha de acusação contra Maurício Lopes Lima, capitão reformado do Exército que atuou no órgão. A intenção dos procuradores, segundo o periódico, seria convocar ex-presos políticos a fim de reafirmar o envolvimento dos acusados em sessões de tortura. Em 1970, quando Dilma Rousseff, depôs em audiência na Justiça Militar, quando fora presa pelo regime, afirmou que um de seus torturadores era Lopes Lima. Agora, em 2011, caso a intenção da procuradoria proceda, o depoimento de Dilma poderá ser realizado por escrito. (Folha de S. Paulo – Poder – 11/08/11)

13- Presidente da OAB pede que Congresso Nacional aprove a Comissão da Verdade

De acordo com o *Correio Braziliense*, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, pediu ao Congresso Nacional que vote e aprove o projeto de lei que cria a Comissão da Verdade. Esta terá por função esclarecer casos de violação de direitos humanos ocorridos durante o regime militar brasileiro (1964-1985). (*Correio Braziliense* – Política – 12/08/11)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra do *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Fred Maciel (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana de Freitas Montebugnoli Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES)